

## O Museu D. João VI

**Sonia Gomes Pereira**

Historiadora da arte, museóloga e professora titular da Escola de Belas Artes da UFRJ. Coordena o Projeto de Revitalização do Museu D. João VI da EBA/UFRJ, apoiado pela Petrobras.



Este artigo apresenta a história e descreve o acervo do Museu D. João VI da Escola de Belas Artes da UFRJ. Enfatiza, ainda, o projeto para sua revitalização, realizado com patrocínio da Petrobras, que altera seu conceito museológico básico, investindo na organização de uma reserva técnica que será disponibilizada ao público para pesquisa.

*Palavras-chave: Museu D. João VI; museu universitário; ensino artístico.*

This article focus on the history and the collection of the D. João VI Museum, which belongs to the School of Fine Arts of the Federal University of Rio de Janeiro. Besides, it emphasizes its revitalization project sponsored by Petrobras that intends to change its basic musicological concept, opening the technical reserves to the public for research.

*Keywords: D. João VI Museum of the School of Fine Arts; university museum (Federal University of Rio de Janeiro); artistic teaching.*

### A LONGA TRAJETÓRIA DA ACADEMIA E ESCOLA DE BELAS ARTES

A criação da Academia de Belas Artes, em 1816, foi um dos inúmeros atos de d. João VI, durante a permanência da corte portuguesa no Brasil, que visavam conferir ao

país e a sua capital, o Rio de Janeiro, uma infra-estrutura digna de uma nação moderna para os padrões da época. Criada no bojo da contratação da chamada Missão Francesa, a academia teve, no entanto, de esperar dez anos para ser efetivamente aberta, em 1826, já como Academia Imperial de Belas Artes, ocu-

pando um prédio neoclássico construído pelo arquiteto Grandjean de Montigny, na travessa das Belas Artes. O prédio foi demolido, e parte de sua fachada – o pórtico com frontão – foi levada para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde se encontra até hoje, ao fundo da alameda de palmeiras imperiais.

Os atritos entre artistas franceses e portugueses, além das dificuldades próprias daqueles tempos de mudanças políticas importantes, dificultaram as primeiras décadas de vida da academia. Mas, a partir de 1834, com a direção do pintor Félix-Émile Taunay, ela consolidou sua posição de primeira escola oficial dedicada ao ensino artístico no Brasil, com a criação das Exposições Gerais – mais tarde chamadas de Salões – e dos Prêmios de Viagem ao Exterior. Sobretudo no reinado de Pedro II, a instituição alcançou muito prestígio, especialmente em razão do impacto das grandes encomendas oficiais, em geral pinturas históricas que narravam fatos importantes da história do país, tanto antiga, como a expulsão dos holandeses, quanto recente, como a Guerra do Paraguai. Dessa forma, a academia desempenhou um papel importante no projeto de construção do imaginário da nação recém-independente.<sup>1</sup>

Com a República, é transformada em Escola Nacional de Belas Artes, em 1890. E, pouco depois, em 1908, transfere-se para a nova sede, um prédio eclético projetado pelo arquiteto Adolfo Morales de Los Rios, pai. O prédio da ENBA, construído simultaneamente com a Biblioteca Nacional e o Teatro Municipal, forma-

va um conjunto de caráter monumental, que marcava o final da recém-aberta avenida Central (hoje Rio Branco), parte prioritária do projeto de modernização do Rio de Janeiro no mandato do prefeito Pereira Passos. Junto àqueles dois, o prédio da ENBA constituía um final monumental para a seqüência de edifícios ecléticos que ladeavam a avenida Central desde o seu início, na praça Mauá.<sup>2</sup>

A escola permaneceu nesse local até 1975, quando, já incorporada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi transferida para o *campus* da Ilha do Fundão, passando a ocupar parte do prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – uma construção moderna, projeto do arquiteto Jorge Moreira –, que hoje é mais conhecida como o prédio da Reitoria.

Atualmente, a Escola de Belas Artes, além dos cursos tradicionais, como pintura, escultura e gravura, oferece outros, característicos da sociedade moderna, tais como desenho industrial e comunicação visual. São, ao todo, oito cursos de graduação e dois de pós-graduação, reunindo um conjunto de cerca de 1.800 alunos. Assim, é nesse ambiente bastante animado – típico de uma escola de artes – que se encontra o Museu D. João VI.

A COLEÇÃO DA ACADEMIA/ESCOLA, O MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES E O MUSEU D. JOÃO VI

No decorrer dessa longa trajetória, a antiga academia/escola reuniu um extenso acervo de obras de arte. Uma parte provinha da coleção real trazida pela corte portuguesa

em 1808. Outra veio para o Brasil, em 1816, com Joaquim Lebreton, o chefe da Missão Francesa. Mas o maior conjunto é oriundo da própria academia, fruto de suas diversas atividades: exercícios de alunos, “envios” dos pensionistas,<sup>3</sup> cópias de obras dos mestres mais importantes da tradição européia, material didático usado nos ateliês, obras vencedoras de concursos, como o Prêmio de Viagem ao Exterior, as seleções para contratação de professores e as Exposições Gerais ou Salões.

Em 1937, mesmo ano em que foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a enorme coleção da academia/escola foi desmembrada. A maior parte – e também a que foi considerada a mais nobre na época – passou a constituir o Museu Nacional de Belas Artes. O restante, em geral de caráter mais didático, continuou nas salas de aula e nos ateliês da ENBA. Mas tudo continuava no mesmo prédio da avenida Rio Branco. O MNBA ocupava a parte da frente, voltada para a Rio Branco, e a ENBA, a parte posterior, voltada para as ruas México e Araújo Porto Alegre. Nos relatos de muitos artistas, aparecem referências à convivência estimulante entre a ENBA e o MNBA nessa época, assim como à circulação dos alunos e jovens artistas pela vizinhança: a Biblioteca Nacional, o Teatro Municipal, as livrarias e, naturalmente, os bares.

Transferidas para a Ilha do Fundão em 1975, essas obras continuaram inicialmente nas salas e nos ateliês da escola. Mas, em 1979, o então diretor, profes-

sor Almir Paredes Cunha, preocupado com a sua conservação, resolveu reuni-las, criando um museu, a que foi dado o nome D. João VI, em homenagem ao criador da instituição mais que centenária. O museu foi organizado pela museóloga Ecylla Castanheira Brandão, e seu mobiliário expositivo, desenhado por Almir Gadelha – ambos professores da ENBA –, ocupando um amplo espaço no segundo andar do prédio da reitoria, junto à própria escola, que ocupa quatro andares (primeiro, segundo, sexto e sétimo) do mesmo prédio.

Assim, desde sua fundação, o Museu D. João VI dedica-se basicamente à preservação e ao acesso àquele acervo por um público universitário, em especial professores e alunos da Escola de Belas Artes, que o utilizam como complemento a diversas disciplinas, tais como Desenho, Restauração, História da Arte, entre outras.

O acervo, tanto museológico quanto arquivístico, tornou-se uma referência importante para pesquisadores da arte brasileira do século XIX e boa parte do XX. Essa vocação para a pesquisa tem-se destacado de forma crescente ao longo dessas décadas, atraindo estudiosos de fora da UFRJ, de outros estados e, eventualmente, do exterior, interessados na pesquisa *in loco* de suas fontes primárias, em grande parte ainda inexploradas.<sup>4</sup>

Além disso, o Museu D. João VI tem divulgado o seu acervo por meio da participação em várias exposições de importância nacional – como a *Mostra dos 500*

Anos –, assim como atendido regularmente às solicitações de fotografia do seu acervo para fins editoriais. As peças de destaque do museu para esses fins têm sido os desenhos arquitetônicos de Grandjean de Montigny; as telas provenientes dos Prêmios de Viagem ao Exterior – especialmente de Vitor Meireles e Pedro Américo; a coleção de aquarelas de José Reis de Carvalho; uma sanguínea de Portinari; entre outros.

### O ACERVO DO MUSEU D. JOÃO VI

O acervo histórico-artístico atualmente conservado pela Escola de Belas Artes da UFRJ compreende, na verdade, três coleções complementares: uma biblioteca de obras raras, um arquivo e uma coleção de obras de artes visuais.



Carta manuscrita do pintor francês Eugene Delacroix, de 1857, aceitando ser membro correspondente da Academia Imperial de Belas Artes

A biblioteca de obras raras engloba cerca de quatro mil livros, entre eles o de Grandjean de Montigny sobre a arquitetura toscana, escrito em 1815.

O arquivo inclui dois grupos de documentos. O primeiro corresponde a 118 livros, com cerca de duzentas páginas cada, contendo os registros manuscritos da documentação regular da academia/escola – como as atas da Congregação, as matrículas nos cursos e os programas e julgamentos dos diversos concursos –, com um total estimado de 23.600 páginas. O segundo grupo refere-se à documentação avulsa – reunida em 120 caixas, com entre dez e 15 envelopes, cada um com cerca de vinte documentos que podem somar três a quatro páginas, estimando-se um total de 118.000 páginas –, que compreende correspondências, certidões, declarações relativas aos professores e alunos da instituição, como é o caso da carta enviada em 1857 pelo pintor Eugène Delacroix, membro correspondente da academia em Paris.

O museu propriamente dito agrega um acervo assim constituído: oitocentas gravuras, 837 desenhos, 65 desenhos arquitetônicos, 480 pinturas, 560 esculturas, 595 diplomas de premiação, 253 porcelanas, 167 fotografias, 47 têxteis, 22 móveis, 4.928 moedas/medalhas e nove vitrais. Esse conjunto de obras compreende, na verdade, duas coleções distintas: a Coleção Didática e a Coleção Jeronymo Ferreira das Neves.

A Coleção Didática abrange a maior parte do acervo do Museu D. João VI. São

obras que tiveram e ainda têm funções didáticas ou são resultantes das atividades pedagógicas de uma escola de artes.

O sistema pedagógico acadêmico continua certamente um caráter teórico e ideológico, que manteve sempre sua adesão às diretrizes dominantes da tradição artística ocidental, mas o ensino em si caracterizava-se pelo pragmatismo, em que importavam, sobretudo, a relação direta entre mestre e aluno e a experiência prática no ateliê.

Os métodos do ensino artístico acadêmico apoiavam-se essencialmente na prática da cópia, tanto de obras da Antigüidade greco-romana, quanto dos grandes mestres do Renascimento, além do estudo da figura humana, envolvendo estudos de anatomia e de modelo vivo.

A aferição da aprendizagem do aluno era feita por meio de concursos, com provas práticas que iam desde as mais simples, para iniciantes, até o grau máximo: o concurso para o Prêmio de Viagem ao Exterior. A contratação de professores era igualmente realizada através de concursos, em que os candidatos deviam produzir obras sobre um mesmo tema proposto pelo júri.

Durante grande parte do século XIX, predominaram as obras de temas históricos ou retratos. No entanto, a partir da passagem do XIX para o XX, outros gêneros tornaram-se importantes, como as paisagens, as naturezas-mortas e as cenas do cotidiano. Ao lado desses temas estritamente artísticos, há no acervo obras que evidenciam a importância do



**Estudo para cena do dilúvio**, gravura de Aléxis François Girard utilizada como recurso pedagógico para exercício de cópia na Academia Imperial de Belas Artes, Museu D. João VI

desenho e da pintura na documentação de expedições científicas.

A segunda coleção do acervo, a Coleção Jeronymo Ferreira das Neves, foi doada à ENBA em 1947. De caráter bastante eclético, reúne pinturas, esculturas, gravuras, tecidos, móveis, imaginária, porcelana, prataria, numismática e livros raros, em sua maioria de origem européia. Destacam-se nesse conjunto as obras do século XV – como o medalhão italiano de cerâmica esmaltada, proveniente do ateliê de Luca della Robbia, e uma pintura flamenga, atribuída a Quentin Metsys – e peças do século XVI – como uma pintura anônima, provavelmente espanhola, e o políptico português, atribuído ao Mestre do Tríptico de Morryson.

#### A PESQUISA SOBRE O ACERVO DO MUSEU D. JOÃO VI

Desde a sua criação em 1979, como referido anteriormente, o Museu D. João VI atende a professores e alunos da graduação e da pós-graduação e pesquisadores de todo o país e, eventualmente, do exterior.

Trata-se de um acervo importante para a memória da produção artística brasileira nos séculos XIX e XX, pois é notório que a academia/escola de Belas Artes desempenhou, ao longo de sua trajetória de mais de 180 anos, um papel central na história das artes visuais do nosso país, sendo referência obrigatória tanto na formulação do ensino oficial, quanto no funcionamento do sistema das artes, sobretudo através da sua vinculação aos salões e às premiações,

e constituindo um interlocutor indispensável, mesmo para seus opositores.

Representa, portanto, um estudo de caso privilegiado, uma vez que revela toda a problemática da arte brasileira nos séculos XIX e XX: a relação com o Estado e a participação em projetos políticos; a interação com os movimentos artísticos europeus e a construção da modernidade possível no Brasil; a questão do ensino artístico e, posteriormente, a inserção no ambiente universitário.<sup>5</sup>

A consciência das limitações e lacunas da historiografia tradicional e das possibilidades de outras leituras na reavaliação crítica da academia/escola<sup>6</sup> levou a pós-graduação da Escola de Belas Artes – depois Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (mestrado e doutorado) – a investir desde os anos 90 numa linha de pesquisa sobre a história do ensino artístico no Brasil, tomando como estudo de caso a sua própria trajetória como instituição.

A motivação para o interesse nesse estudo é evidente. Por um lado, é a nossa própria história – no sentido em que ainda vivemos, na escola de hoje, os sucessos e as limitações de um sistema de ensino artístico que, apesar de muito reformado, guarda linhas de continuidade com o passado. Por outro lado, as fontes privilegiadas para esse estudo – grande parte das obras e dos documentos ligados diretamente às questões de ensino – encontram-se na própria escola, no Museu D. João VI.

Várias iniciativas foram tomadas pela pós-graduação da EBA nessa frente de traba-

lho. Foi desenvolvida uma série de pesquisas avançadas – dissertações, teses e pesquisas de pós-doutoramento com professores, alunos e pesquisadores ligados à escola (alguns destes últimos por meio de bolsas da Capes, CNPq e Faperj).<sup>7</sup>

Em 1996, com o apoio do CNPq e da Capes, foi realizado o seminário *180 anos da EBA*, de 20 a 22 de novembro, com a participação de pesquisadores de vários estados, sendo os *Anais* desse evento publicados em 1997.<sup>8</sup>

Em 2001, foi lançado o livro *185 anos da Escola de Belas Artes*, divulgando pesquisas desenvolvidas em dissertações, teses e estágios de pós-doutorado de professores, alunos e pesquisadores ligados à EBA.<sup>9</sup>

Mas, neste artigo, eu gostaria de focar melhor dois projetos visando uma inserção mais direta no Museu D. João VI: o projeto “180 anos da Escola de Belas Artes: 1816-1996”, desenvolvido de 1995 a 1999 com o apoio do CNPq, e o projeto “Memória da arte brasileira dos séculos XIX e XX: revitalização do Museu D. João VI da EBA/UFRJ”, iniciado em agosto de 2005 com o patrocínio da Petrobras.

#### O PROJETO CNPQ DE 1995 A 1999: INFORMATIZAÇÃO DOS ACERVOS MUSEOLÓGICO E ARQUIVÍSTICO DO MUSEU D. JOÃO VI

Com o apoio do CNPq, foi desenvolvido o projeto de pesquisa “180 Anos da Escola de Belas Artes: 1816-1996”, de agosto de 1995 a julho de 1999. A base de desenvolvimento do projeto foi a realização de um

inventário científico e sistemático dos acervos museológico e arquivístico. Em uma primeira etapa, a realização desse inventário possibilitou a publicação do *Catálogo do acervo de artes visuais*, em 1996.<sup>10</sup>

Como havia sido criado um padrão de registro único, foi possível, em um segundo momento, a organização de um Banco de Dados Informatizados que permitiu agilizar a identificação e a localização das peças do acervo, além de possibilitar o cruzamento de informações entre diversas categorias – autoria, título, datação, técnica e material –, otimizando o acesso do pesquisador às fontes primárias.

Esse projeto contou com uma equipe formada por professores, funcionários e alunos da Escola de Belas Artes e do Núcleo de Computação Eletrônica – ambos da UFRJ –, assim como de técnicos externos – a maioria museólogos e arquivistas, provenientes, respectivamente, da Escola de Museologia da Unirio e do Arquivo Nacional. A partir da idéia do professor Carlos Zilio de que era preciso dar maior visibilidade externa ao acervo do Museu D. João VI, e com a colaboração da então coordenadora, professora Cybele Vidal Neto Fernandes, foi elaborado o projeto “180 anos da Escola de Belas Artes: 1816-1996”. Seu desenvolvimento foi coordenado pelas professoras Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira e Sonia Gomes Pereira e, em sua segunda etapa, contou com a participação da funcionária Jurema Palmeira.<sup>11</sup>

O PROJETO PETROBRAS A PARTIR DE 2005: CONSERVAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO MUSEU D. JOÃO VI

Entre os 3.736 projetos inscritos no Programa Petrobras Cultural 2004/2005, apenas 141 foram contemplados, após um processo de seleção pública. Entre eles, “Memória da arte brasileira dos séculos XIX e XX: revitalização do Museu D. João VI – UFRJ”. Após a aprovação no Ministério da Cultura, na rubrica da Lei Rouanet, foi implantado a partir de agosto de 2005, com término previsto para dezembro de 2007.<sup>12</sup>

O edital do Programa Petrobras Cultural destacava dois objetivos para a área de Preservação e Memória: identificação, pesquisa, conservação e disponibilização de acervos e coleções representativas da memória da produção artística no Brasil e publicação de obras de referência para a memória das artes no Brasil.

Assim, atendendo a essas especificações, o nosso projeto estruturou-se em torno de quatro pontos básicos: a higienização do acervo; a atualização e disponibilização do Banco de Dados Informatizados, contendo o inventário dos acervos museológico e arquivístico; a reorganização da reserva técnica; e a edição de um novo catálogo do museu.

A higienização do acervo museológico foi realizada entre agosto de 2005 e setembro de 2006.<sup>13</sup> A atualização dos inventários informatizados estendeu-se de abril de 2006 a abril de 2007, resultando na disponibilização de um banco de dados *on-line*, no sítio do museu.<sup>14</sup>

No momento, estamos empenhados nas últimas tarefas: a reorganização da reserva técnica, que deve ser finalizada, assim como a edição do novo catálogo.

A questão da reserva técnica do Museu D. João VI acabou tomando dimensões muito mais amplas do que as imaginadas na elaboração original do projeto Petrobras, pois envolvia a tomada de decisão sobre um velho problema que afligia o museu: a necessidade de uma solução para as infiltrações no teto de suas instalações.

Como já foi dito, desde sua criação em 1979, o museu passou a ocupar um amplo espaço no segundo andar do prédio



Higienização do acervo do Museu D. João VI, realizada pelo Projeto Petrobras. Desenho de modelo vivo, conhecido como “academia”

da reitoria da UFRJ. O local, com cerca de 1.200 m<sup>2</sup>, foi dividido basicamente em três setores: as salas da Seção Técnica, a Reserva Técnica e a ampla Exposição Permanente, onde um circuito cronológico apresentava as etapas mais importantes da história da academia/escola: a chegada da Missão Francesa; a primeira geração de artistas brasileiros formados pela academia; a geração da passagem do século e a ENBA; e a história mais recente da EBA.

No entanto, a partir do final da década de 1980, o museu começou a apresentar problemas de infiltração em sua cobertura, constituída por pequenas cúpulas de concreto e acrílico, comprometendo também a iluminação do espaço. Desde então, vários projetos foram feitos para que a universidade empreendesse as obras de recuperação, mas o seu custo elevado e as dificuldades orçamentárias impediram a solução do problema.

Finalmente, em 2006, foi decidido pela Congregação da EBA o deslocamento do museu para um outro local, no sétimo andar do mesmo prédio da reitoria. No entanto, a mudança que está sendo implantada não é apenas de lugar, mas, sobretudo, de conceito museológico. E é exatamente esse ponto que nos parece importante discutir com mais detalhes.

Ao longo dos quase trinta anos de existência do Museu D. João VI, algumas constatações puderam ser feitas. A primeira e mais evidente são as enormes dificuldades financeiras para a manutenção de um museu numa instituição pública voltada prioritariamente para o ensi-

no. Basta dizer que a nossa escola possui atualmente cerca de 1.800 alunos, como já foi citado, envolvendo a necessidade de manutenção de salas de aula, ateliês, oficinas, laboratórios – muitos com exigência de equipamentos sofisticados e que se tornam ultrapassados com uma velocidade cada vez maior. As verbas, portanto, são sempre insuficientes para toda essa demanda, tanto do ensino propriamente dito quanto do museu.

A segunda constatação diz respeito à utilização do acervo – até em razão de sua localização num *campus* universitário afastado do centro da cidade e, portanto, fora do circuito de consumo cultural da cidade. Assim, a perspectiva de revitalização não poderia se colocar nos mesmos padrões da maioria dos museus e espaços culturais da cidade, em que o apelo à visitação geral é um elemento importante nos seus critérios de julgamento para utilização de recursos e estabelecimento de prioridades.

No nosso caso, o museu é, essencialmente, universitário, voltado para o uso de professores e alunos da instituição e para os pesquisadores, que têm um interesse direto em suas fontes primárias. Mais que isso, o museu atende a uma escola de artes, e o seu acervo deve servir ao seu propósito original, aquele que promoveu a própria constituição da coleção: servir de instrumento de estudo e observação aos alunos para a compreensão da tradição artística que embasou a trajetória da arte ocidental e até mesmo para a discussão sobre os métodos de formação do artista.

Desta forma, o acervo do Museu D. João VI serve às aulas de Desenho e História da Arte, e é usado como laboratório nas disciplinas ligadas à restauração, contribuindo na formação dos alunos de graduação e como apoio à pesquisa aos alunos de pós-graduação, pois, para todos os profissionais no campo da visualidade, é importante a compreensão tanto da tradição quanto da contemporaneidade.

Ainda como museu universitário, atende a estudiosos de todo o Brasil e mesmo do exterior, uma vez que seu acervo é importante para a compreensão da arte brasileira dos séculos XIX e XX. Além



**Equipamentos (trainéis deslizantes para pinturas e estantes para esculturas) da nova Reserva Técnica do Museu D. João VI, adquiridos pelo Projeto Petrobras**

disso, tem servido de base para uma das principais linhas de pesquisa da pós-graduação da escola, com uma produção significativa de dissertações, teses e publicações sobre a história da instituição e a questão do ensino artístico.

O projeto museológico do novo Museu D. João VI foi feito pela professora Sonia Gomes Pereira e apóia-se em duas premissas básicas. A primeira, como já foi dito, é a disponibilização da reserva técnica ao público. A segunda, o acondicionamento e a apresentação do acervo na nova reserva técnica, inicialmente seguindo o critério do meio artístico (desenho, pintura, gravura, escultura etc.) e, depois, o critério temático (exemplos, temas históricos, mitológicos, alegóricos, decoração arquitetônica, ornamento vegetal, estudo anatômico e assim por diante). Essa decisão é sustentada pela convicção de que o acervo do Museu D. João VI, salvo algumas exceções, tem mais importância como coleção, como série de objetos, do que propriamente pelas obras individualmente. Além disso, no meu próprio trabalho de pesquisa, tem ficado cada vez mais claro que, no universo do ensino e da produção acadêmica, as escolhas dos artistas eram muito mais tipológicas do que artísticas.<sup>15</sup> O projeto, portanto, investiu na compra de trainéis deslizantes, estantes e mapotecas para armazenamento do acervo, além de equipamentos para controle climático e de segurança da nova reserva técnica. O projeto museográfico do novo Museu D. João VI é da arquiteta Marize Malta, também professora da EBA/UFRJ. Em segundo lugar, ao manter unidos o museu, o Arquivo e a Biblioteca de Obras

Raras, a escola agrupa, em um mesmo espaço, um verdadeiro centro de memória da instituição – facilitando, dessa forma, não apenas os cuidados com conservação e vigilância, mas o acesso dos usuários ao seu acervo histórico e artístico.

Assim, graças ao patrocínio da Petrobras, está sendo possível à Escola

de Belas Artes da UFRJ trabalhar no sentido de garantir a preservação de seu acervo e ampliar as possibilidades de utilização dessas fontes primárias para os pesquisadores – não apenas desta universidade ou do Rio de Janeiro, mas de todo o Brasil e mesmo do exterior – interessados no estudo da arte brasileira dos séculos XIX e XX.

## N O T A S

1. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos: caminhos da historiografia*, São Paulo, n. 1, p. 5-27, 1988. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A Academia Imperial de Belas Artes e o projeto civilizatório do Império. In: PEREIRA, Sonia Gomes (org.). *180 anos da Escola de Belas Artes*. Rio de Janeiro: PPGAV/EBA/UFRJ, 1997. p. 127-146.
2. PEREIRA, Sonia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pós-Graduação da EBA/UFRJ, 1998.
3. O vencedor do Prêmio de Viagem ao Exterior recebia uma pensão para permanecer alguns anos na Europa (em geral na Itália ou na França) estudando no ateliê de algum mestre afamado. A cada ano, devia cumprir obrigações, com grau crescente de dificuldade: esses exercícios eram enviados para o Brasil para serem analisados pelos professores da academia. Dessa avaliação dos “envios” dependia a manutenção da pensão.
4. Vários pesquisadores de outros estados têm utilizado as fontes primárias do Museu D. João VI para o desenvolvimento de suas pesquisas. Como exemplo, podemos citar: DIAS, Elaine Cristina. *Félix-Émile Taunay: cidade e natureza no Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
5. A maior parte da historiografia sobre a arte brasileira foi escrita sob o ponto de vista modernista. Assim, a sua relação com o passado estruturou-se, de um lado, na mitificação do período colonial e, de outro, na condenação e no desprezo pela arte do século XIX, considerada, *grosso modo*, acadêmica, mero pastiche da arte européia, sobretudo francesa. Essa abordagem trouxe alguns problemas sérios. Um deles foi a falta de proteção ao patrimônio do século XIX, muitas vezes demolido com o aval dos próprios órgãos encarregados de sua preservação. Outro problema foi a crítica apaixonada e militante que fez com que a maioria dos estudos sobre a trajetória dessa instituição fosse marcada pelo maniqueísmo: a rejeição *a priori* de tudo o que tivesse a ver com a academia/escola, ou então a sua defesa incondicional, freqüentemente em um discurso laudatório vazio. É importante enfatizar que essa reavaliação não deve tomar, na minha opinião, a conotação de pura e simples reabilitação da arte acadêmica, mas, sim, estar inserida em um cenário mais amplo de reavaliação crítica de toda a arte do século XIX, que vem sendo processada desde os anos 60 na Europa e nos Estados Unidos e a partir dos anos 80 no Brasil.

6. PEREIRA, Sonia Gomes. Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro: revisão historiográfica e estado da questão. *Revista Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 72-83, 2001.
7. Seria impossível listar as teses e dissertações que têm sido desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da EBA/UFRJ sobre a história do ensino artístico. A título de exemplo, destaco algumas pesquisas mais recentes: SÁ, Ivan Coelho de. *Academias de modelo vivo e bastidores da pintura acadêmica brasileira: a metodologia de ensino do desenho e da figura humana na matriz francesa e sua adaptação no Brasil do século XIX ao início do século XX*. Rio de Janeiro: PPGAV/EBA/UFRJ, 2004; UZEDA, Helena Cunha de. *Ensino acadêmico e modernidade: o curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes 1890-1930*. 2006. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006; OLIVEIRA, Ana Slade Carlos de. *Arquitetura moderna brasileira e as experiências de Lucio Costa na década de 1920*. 2007. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007; VALLE, Arthur Gomes. *A pintura da Escola Nacional de Belas Artes na 1ª República (1889-1930): da formação do artista aos seus modos estilísticos*. 2007. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Várias dessas pesquisas têm sido divulgadas, de forma resumida, pela *Revista Arte & Ensaios*, do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da EBA/UFRJ.
8. 180 anos da Escola de Belas Artes. In: PEREIRA, Sonia Gomes (org.). SEMINÁRIO EBA 180, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: PPGAV/EBA/UFRJ, 1997. Apresentação.
9. PEREIRA, Sonia Gomes (org.). *185 anos da Escola de Belas Artes*. Rio de Janeiro: PPGAV/EBA/UFRJ, 2001. p. 221.
10. MUSEU D. JOÃO VI. *Catálogo do Acervo de Artes Visuais do Museu D. João VI*. Rio de Janeiro: Pós-graduação da EBA/UFRJ/CNPq, 1996. p. 286.
11. A equipe era integrada por 12 bolsistas do CNPq de diversas categorias: apoio técnico, aperfeiçoamento e iniciação científica. Vários desses bolsistas eram alunos da UFRJ, além de alguns técnicos externos à universidade, mas todos museólogos – como Ivan Coelho de Sá, Maria Cristina Negrão, Ruth Nina Levy, entre outros – ou arquivistas – como Celina Coelho, do Arquivo Nacional. O sistema para o Banco de Dados Informatizados foi elaborado pelo professor Pedro Manoel da Silveira, do Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ. O apoio do CNPq possibilitou a compra, em 1998, de equipamentos (seis computadores, duas impressoras e três aparelhos de ar-condicionado) para o desenvolvimento do projeto e a instalação da sala de consulta para os pesquisadores.
12. A partir da sugestão da diretora da EBA/UFRJ, professora Angela Ancora da Luz, apresentamos à Petrobras o projeto, que é coordenado pela professora Sonia Gomes Pereira.
13. A higienização do acervo foi realizada sob a coordenação da museóloga Mariza Vilela e da equipe formada por Cristina Rios de Castro e Vera Lúcia Carminatti, com a participação de Cecília Barreto Pinto e Hilário Ferreira da Silva – todos alunos da EBA/UFRJ. Atualmente, o acervo de pintura está recebendo um tratamento de conservação, liderado pela restauradora Maria Alice Castelo Branco e pela equipe formada por Cristina Rios de Castro, Vera Lúcia Carminatti e Andréia da Silva Santos, com a participação de Hilário Ferreira da Silva – todos alunos da EBA/UFRJ.
14. O endereço do sítio é <www.museu.eba.ufrj.br>. A conferência do acervo foi realizada, inicialmente, por Reginaldo Rocha, e depois por Cristina Rios de Castro e Vera Lúcia Carminatti – todos alunos da EBA/UFRJ –, além dos funcionários do Museu D. João VI: Ana Maria Moura de Alencar (coordenadora do museu), Danilo Basto Silva e Hamilton Malhano. Para a expansão do Banco de Dados e elaboração do *site*, contamos com o analista de sistemas Alexandre Wrigg e a *designer* Martha Werneck, ambos alunos da UFRJ.
15. PEREIRA, Sonia Gomes. Desenho, composição, tipologia e tradição clássica: uma discussão sobre o ensino acadêmico do século XIX. *Revista Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 40-49, 2003. PEREIRA, Sonia Gomes. A historiografia da arquitetura brasileira no século XIX e os conceitos de estilo e tipologia. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Rio Grande do Sul, n. 2, p. 143-154, 2005. PEREIRA, Sonia Gomes. História, arte e estilo no século XIX. *Revista Concinnitas*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 128-141, 2005.